

ASPECTOS PENAIS DA INADIMPLÊNCIA DE ALIMENTOS FIXADOS NO ESTRANGEIRO: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E ANPP NO BRASIL

CRIMINAL ASPECTS OF UNPAID FOREIGN-ORDERED SUPPORT: INTERNATIONAL LEGAL COOPERATION AND CRIMINAL NON-PROSECUTION AGREEMENT IN BRAZIL

CAMILA LAURENTINO LOPES¹

Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasil.
camilalaurentino1@gmail.com

DOI: [https://doi.org/10.5281/zenodo.19709194].

ÁREA DO DIREITO: Processual; Penal; Internacional

RESUMO: Este trabalho investiga a viabilidade jurídica da celebração do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), no Brasil, em resposta ao crime de abandono material (artigo 244 do Código Penal) decorrente da inadimplência de alimentos fixados no estrangeiro, comprovados através de Cooperação Jurídica Internacional (CJI). A partir da metodologia qualitativa e da revisão bibliográfica, aborda-se a inadimplência de prestações de alimentos e as limitações cíveis em promover a efetiva execução do devedor, apontando a possível caracterização do crime

ABSTRACT: This paper investigates the legal viability of entering into a Criminal Non-Prosecution Agreement (CNPA) in Brazil in response to the crime of material abandonment (Article 244 of the Penal Code) arising from unpaid support (maintenance) ordered abroad, proven through International Legal Cooperation (ILC). Based on a qualitative methodology and bibliographic review, the study addresses the non-payment of support alongside the civil limitations in enforcing debt, targeting the possible characterization of the crime of material abandonment. Next,

1. Mestra em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Graduada em Cooperação Jurídica Internacional pela Escola Superior do Ministério Público da União. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Assessora jurídica na Procuradoria da República em Pernambuco.

ORCID: [0009-0003-1796-7875].

de abandono material. Em seguida, apresenta-se o ANPP enquanto instrumento penal negocial, apto a resolver conflitos com eficiência, compondo interesses de autor e vítima. Depois, trata-se dos fundamentos e instrumentos da CJI em matéria penal, notadamente do auxílio direto e da transferência de processos criminais, que podem servir à obtenção de provas de delitos transnacionais. Conclui-se pela possibilidade jurídica de celebração do ANPP, quando a inadimplência de alimentos estrangeiros configura abandono material, desde que os instrumentos de CJI permitam reunir o substrato mínimo para a justa causa do acordo. Na situação analisada, o ANPP promove celeridade e imediata reparação à vítima, mas também a necessidade de suplanar diferenças entre os ordenamentos jurídicos envolvidos, que dificultam a utilização de mecanismos mais modernos de CJI.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentos fixados no estrangeiro; Inadimplência; Crime de abandono material; Acordo de não persecução penal; Cooperação jurídica internacional.

the CNPA is presented as a negotiated criminal instrument capable of efficiently resolving conflicts by balancing the interests of both offender and victim. Subsequently, the foundations and instruments of ILC in criminal matters are discussed—notably direct assistance and the transfer of criminal proceedings—which can be used to obtain evidence of transnational crimes. The study concludes that it is legally possible to enter into a CNPA when foreign unpaid support characterizes material abandonment, provided that ILC instruments allow for gathering the sufficient evidence for the agreement's legal basis. In the analyzed situation, the CNPA offers celerity and immediate reparation to the victim, while also highlighting the need to overcome differences between the legal systems involved, which often hinder the use of more modern ILC mechanisms.

KEYWORDS: Foreign-ordered support; Non-payment; Crime of material abandonment; Criminal non-prosecution agreement; International legal cooperation.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Inadimplência de alimentos: limitações da esfera cível e possível caracterização do crime de abandono material. 3. O ANPP como instrumento de solução consensual na esfera penal: eficiência e reparação. 4. Cooperação jurídica internacional penal: aplicação da lei brasileira a partir da prova de atos jurídicos estrangeiros. 5. Possibilidade, vantagens e desafios da celebração de ANPP em razão da inadimplência de alimentos fixados no estrangeiro. 6. Conclusão. Referências. Jurisprudência.

1. INTRODUÇÃO

Com² a crescente globalização e a maior mobilidade de pessoas, as relações familiares frequentemente transcendem as fronteiras nacionais, gerando complexos desafios jurídicos. Um dos aspectos mais sensíveis desse cenário é o cumprimento do dever de prestação de alimentos quando credor e devedor residem em países

2. Este artigo é fruto de pesquisa desenvolvida na Pós-Graduação em Cooperação Jurídica Internacional, da Escola Superior do Ministério Público da União, sob a orientação do Professor Daniel de Resende Salgado.